Bolsas — Na segunda-feira: 0,3% São Paulo; 0% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 137.546 / 136.699 (4/6, 5/6, 6/6, 9/6)

Dólar — Na segunda-feira: R$ 5,562 (- 0,13%)

Últimos	
3/junho	5,636
4/junho	5,645
5/junho	5,585
6/junho	5,569

Salário mínimo — R$ 1.518

Euro — Comercial, venda na segunda-feira: R$ 6,354

CDI — Ao ano: 14,65%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 14,76%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Dezembro/2024	0,52
Janeiro/2025	0,16
Fevereiro/2025	1,31
Março/2025	0,56
Abril/2025	0,43

ALTERNATIVAS AO IOF

Motta não garante aprovação de pacote

Para analistas, novas medidas fiscais ainda não devem ser suficientes para o governo equilibrar as contas públicas

» RAFAELA GONÇALVES
» ROSANA HESSEL
» WAL LIMA

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Presidente da Câmara, Hugo Motta, recebeu Haddad, domingo, na Residência Oficial, e, ontem, foi taxativo sobre as medidas: não há compromisso

> **O pacote é muito mais do mesmo, de efeito neutro no mercado, porque ninguém imaginava que fosse ter uma mudança realmente mais radical nos gastos"**
>
> ***Sergio Vale,***
> *economista-chefe da MB Associados*

Um dia após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a base aliada do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), deu a real dimensão do que espera das medidas fiscais do Executivo que serão enviadas ao Congresso. O pacote tem propostas alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que provocou reações negativas no Legislativo e no empresariado. Contudo, a aprovação e o impacto ainda geram dúvidas.

Motta, por sua vez, não garantiu apoio do Legislativo à nova medida provisória (MP). "Não há do Congresso, é importante aqui registrar, o compromisso de aprovar essas medidas que vêm na MP. A MP será enviada apenas para que, do ponto de vista contábil, não se tenha que aumentar o contingenciamento", disse Motta, ontem, em seminário organizado pelo Grupo Globo com representantes do mercado financeiro.

A polêmica em torno do IOF ajudou a minar a aprovação de Lula junto à população, em meio ao escândalo das fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A fala de Motta, embora a negociação seja considerada "histórica" pelos envolvidos, revela a instabilidade do apoio político do Executivo. O deputado disse haver "uma forte movimentação na Casa" para barrar o decreto do IOF e acrescentou que os parlamentares não gostaram da forma como a medida foi apresentada, de forma atabalhaoada.

Analistas veem as propostas do novo pacote fiscal com ressalvas, pois ainda há dúvidas sobre o verdadeiro impacto fiscal do pacote e se ele será suficiente para equilibrar as contas públicas, pois não há propostas estruturantes. Entre as medidas anunciadas por Haddad após a reunião de quase seis horas, destaca-se o aumento de 12% para 18% na taxação das apostas eletrônicas, as bets; a cobrança de 5% de Imposto de Renda (IR) das Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e das Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), que eram isentas. O governo também propôs o aumento de 15% para 20% no IR sobre a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), e prevê elaborar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para a redução de 10% dos gastos tributários.

Segundo Haddad, o novo decreto é uma "recalibragem" do anterior e será acompanhado por uma MP e um projeto de lei complementar para consolidar o ajuste fiscal. O pacote deve ser apresentado oficialmente ao presidente Lula hoje.

Reações

O novo pacote ainda é incerto, de acordo com analistas, e tem sido alvo de críticas de entidades dos setores afetados. "O pacote é muito mais do mesmo, de efeito neutro no mercado, porque ninguém imaginava que fosse ter uma mudança realmente mais radical nos gastos", afirmou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para ele, o impacto deverá ser reduzido nas contas públicas e o "ajuste fiscal crível" só ocorrerá em 2027. O diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) Alexandre Andrade também não demonstrou otimismo em relação ao novo pacote. Ele lembrou que os impactos fiscais ainda são incertos, pois dependem da aprovação do Congresso. "O objetivo mesmo será compensar o que será perdido com a revisão do decreto do do IOF", disse, em referência à previsão inicial de receita extra, de R$ 20,5 bilhões, neste ano.

Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA, ressaltou que o desafio do governo será encontrar medidas que substituam aquela receita estimada para o IOF com o novo pacote. "Há risco de essas medidas serem insuficientes não só pela necessidade de anterioridade em várias delas (noventena ou anualidade), mas também porque não sabe se serão desidratadas no Congresso, e porque as medidas mais fundamentais para um ajuste estrutural são as que parecem estar em estágio mais incipiente, quais sejam, o corte linear de benefícios tributários e os cortes de despesas primárias", alertou.

Para o CEO e sócio-fundador do Family Office CX3 Investimentos, Julio Ortiz, a nova medida, de novo, é um "tapa-buraco" para o governo cumprir o arcabouço, via o caminho mais fácil. "A cada momento, tentam resolver 'o buraco fiscal', sempre de forma atabalhoada, como foi na questão do IOF, que, sendo um imposto regulador, não precisa respeitar o princípio da anualidade."

Entidades relacionadas aos setores afetados pelo aumento de impostos engrossaram o coro das críticas à taxação da LCA e da LCI. "A conta será paga pelo consumidor, que receberá o repasse no preço dos alimentos. A tributação tende a afastar investidores e encarecer o crédito para quem produz", destacou a nota da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), ao comentar sobre o fim da isenção da LCA. A Associação das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), por sua vez, defendeu que a LCI não deve ser analisada unicamente sob a ótica do investimento, pois "o eventual fim da isenção de IR resulta na elevação do custo da moradia e pode comprometer o acesso à casa própria".

Já o líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ), resolveu atacar os críticos do pacote. Ao defender o fim dos supersalários, Farias afirmou que grande parte da resistência às medidas é liderada pela elite econômica, "que insiste em manter privilégios mesmo diante da necessidade de equilibrar as contas públicas". Essa crise, aliás, deve ser o teste de fogo para a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, que está completando três meses no cargo. O novo pacote fiscal de Haddad colocará à prova sua capacidade de articulação.

RAUL VELLOSO

O PRINCIPAL PROBLEMA QUE AFLIGE O PAÍS NA ÁREA MACROECONÔMICA TRATA-SE, NA VERDADE, DO GIGANTESCO E CRESCENTE GASTO PREVIDENCIÁRIO DA GRANDE MAIORIA DOS ENTES PÚBLICOS

O que fazer com a questão macro?

Diferentemente do que se pode pensar, o principal problema que aflige nosso país na área macroeconômica não é o elevado nível da dívida dos estados brasileiros perante a União, tema que apareceu mais recentemente no debate público, nem a falta de uma melhor versão do pacote tributário já ensaiado, como também acaba de aparecer em outras instâncias.

Trata-se, na verdade, do gigantesco e crescente gasto previdenciário da grande maioria dos entes públicos que acabou surgindo, pagamento esse que, como não pode deixar de ser feito em dia (pois nenhum político vai querer enfrentar o desgaste de deixar idosos sem as receitas básicas e regulares que os sustentam), acaba levando a que falte dinheiro para os demais compromissos, alguns igualmente chamados, por sua importância, de obrigatórios, como os próprios pagamentos relacionados com a dívida junto à União, antes citados.

Outro item relevante na pauta de gastos que vem recebendo verbas insuficientes se refere aos investimentos em infraestrutura, que os entes públicos precisam realizar, sob pena de as taxas de crescimento econômico de nosso país (e, portanto, dos empregos respectivos que delas dependem) desabarem em todos os cantos.

Daí, então, os entes subnacionais pedirem ajuda à União para esta arranjar um jeito válido de adiantar-lhes fundos e permitir-lhes, ao fim e ao cabo, a realização de gastos igualmente importantes para suas respectivas populações, especialmente nos estados de maior dimensão, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, exatamente onde os gastos previdenciários têm subido mais.

Já a forte subida dos gastos previdenciários deve-se ao rápido envelhecimento da população de nosso país, que vem ocorrendo ultimamente, onde, nos rincões, o crescimento do número de idosos vem se tornando cada vez mais elevado. Para piorar, há o problema de o crescimento da População em Idade Ativa (PIA), na qual origina-se a maior parte dos contribuintes nos regimes de repartição simples como a maioria dos nossos, ser cada vez menor, relativamente à maioria dos demais países, tornando o nosso problema duplamente complicado de enfrentar. Daí os crescentes deficits previdenciários que se vêm registrando.

Nessas condições, ao pedir socorro publicamente à União, dirigentes de estados e municípios tentam repassar o problema para aquele que é precisamente o ente que tem muito maior capacidade de mobilizar fundos e tapar os cada vez maiores "buracos" financeiros que os entes públicos subnacionais brasileiros passaram a enfrentar.

Em cima de tudo isso, e, para piorar, o país acabou de identificar um gigantesco volume de novas fraudes na gestão dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que se somaram a outras irregularidades, tanto na área previdenciária quanto na assistencial, que já haviam sido identificadas, mas cujo exame foge às limitações do escopo deste artigo. Ou seja, as insuficiências financeiras que precisam ser atacadas devidamente são bem maiores do que se imaginava anteriormente.

O que fazer? Identificadas as verdadeiras causas dos problemas e concluído o melhor diagnóstico possível para enfrentar toda a confusão reinante, caberá desenhar uma solução capaz de colocar o país em uma nova rota de crescimento econômico sustentado. Para isso, em vez de soluções como as que as autoridades vêm tentando nos últimos tempos, e que se baseiam fundamentalmente no aumento da arrecadação de tributos tipo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a saída básica será o que se costuma chamar de equacionamento previdenciário, ou seja, buscar uma redução drástica do passivo atuarial do máximo possível de entes, com base em reformas de regras previdenciárias, capitalização com ativos do ente em causa das previdências desequilibradas, entre outras medidas do tipo, para caminharmos na direção de orçamentos públicos com espaço suficiente para investir bem mais em infraestrutura e por aí aumentar as taxas de crescimento do PIB há muito girando em torno de valores bem abaixo das médias históricas que nosso País costumava realizar, mas sem depender de aumento de impostos.